

Região metropolitana ganha apoio

A maioria dos debatedores que participaram ontem à tarde do III painel do fórum "Os Direitos de Brasília na Revisão Constitucional", promovido pela Câmara Legislativa, defendeu a criação de uma Região Metropolitana do DF durante a reforma da Constituição. A medida seria uma das alternativas ao desenvolvimento e autonomia política do DF, na opinião dos deputados federal Augusto Carvalho (PPS) e distrital Peniel Pacheco (PTB) e do secretário de Obras, José Roberto Arruda.

A Região Metropolitana reuniria os municípios do Entorno do DF pertencentes a Goiás e a Minas Gerais. O território, portanto, passaria a ser beneficiado com programas de desenvolvimento regional da União, ressaltou Arruda. Para ele, esta mudança resolveria o problema do crescimento populacional de Brasília e da insuficiência de políti-

cas urbanas para atender à demanda local e da população vizinha. Brasília tem 1,7 milhão de habitantes e a rede hospitalar da capital atendeu ano passado mais de 4 milhões de pessoas, exemplifica.

O deputado Augusto Carvalho salientou que com esta medida seria possível reverter os recursos gerados no entorno em obras para a própria comunidade local. O que acontece hoje, conta ele, é que os impostos pagos por aquela população são empregados em cidades mais próximas das capitais dos dois estados. Com a criação da região metropolitana, as verbas seriam administradas por um conselho deliberativo, formado por representantes dos governos de Goiás, DF, Minas Gerais e Federal, emenda o parlamentar.

Fundo — Os debatedores também sustentaram durante o fórum a ins-

tuição de um Fundo de Desenvolvimento Econômico do DF, que, segundo informou Augusto Carvalho, poderia reunir o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação dos Estados (FPE), hoje repassados ao Distrito Federal, e mais os repasses voluntários feitos atualmente pela União aos setores de Saúde e Educação da Capital. "É preciso que a União arque com os custos de manter os Poderes aqui com um bom inquilino", advertiu Peniel Pacheco.

O deputado distrital José Edmar (PFL) apresentou uma alternativa que, na visão dele, resolveria os problemas financeiros de Brasília e poderia contar com ajuda de boa parte dos parlamentares federais: a defesa durante a revisão constitucional do Imposto Único, que incidiria sobre todas as transações bancárias.